



Casas-tipo do Privê Atlântico: um projeto singular no contexto da habitação popular nos anos 1970 em Goiânia

Eline Maria Mora Pereira Caixeta¹

Carolina Vivas da Costa Milagre²

Resumo: Construído em Goiânia, em 1978, o Privê Atlântico foi projetado como um conjunto de Casas-tipo destinadas a funcionários públicos financiado pela Caixa Econômica de Goiás. O projeto é de autoria dos arquitetos Silas Varizo e Edeni Reis da Silva e destaca-se pela sua qualidade arquitetônica diante do contexto de habitação popular nos anos 1970. No Brasil, esse período foi marcado pela produção principalmente do Banco Nacional de Habitação, que resultou em soluções padronizadas e homogêneas. Contrário a este cenário, as casas do Privê foram concebidas a partir de diferentes tipologias e seguiram os princípios de racionalidade e flexibilidade advindos do movimento moderno. Com o passar dos anos, essas casas sofreram modificações que descaracterizaram seu conjunto. Apesar de sua qualidade e singularidade, o projeto ainda não havia sido objeto de estudo por falta de documentação. O objetivo deste artigo é discutir as especificidades das casas do Privê, a partir da apresentação dos documentos originais encontrados, e analisar as principais características e elementos arquitetônicos que tornam seu projeto singular. Desse modo, busca-se resgatar e ressaltar a importância dessas casas para o acervo moderno goianiense e brasileiro.

Palavras-chave: Cidade e Memória; Arquitetura Moderna; Projeto de Arquitetura; Tipologia; Brasil.

Standard houses of Privê Atlântico: a singular project of popular housing in the 1970s in Goiânia

Abstract: Built in Goiânia, in 1978, the Privê Atlântico was designed as a housing of standard houses, which were destined for public employees and financed by Caixa Econômica de Goiás (CAIXEGO). The project was designed by the architects Silas Varizo and Edeni Reis da Silva and stands out for its architectural quality in the context of popular housing in the 1970s. In Brazil, this period was marked mainly by the production of the Banco Nacional de Habitação (BNH) which resulted in standardized and homogeneous solutions. In the opposite of this scenario, Privê's houses were designed based on different typologies and followed the principles of rationality and flexibility from the modern movement. These houses changed over the years and mischaracterized its housing. However, despite its quality and singularity, the project had not yet been an object of study due to the lack of documentation. This article's objective is to discuss the singularities of the houses of Privê, from the presentation of the original documents found and analyse the main characteristics and the architectural elements that make it a unique project. Thus, we seek to rescue and emphasize the importance of the design of the houses of Privê Atlântico for the modern collection of Goiás and of Brazil.

Keywords: City and Memory; Modern Architecture; Architectural Design; Typology; Brazil.

1 Doutorado em História da Arquitetura e da Cidade pela Universitat Politècnica de Catalunya (ETSAB, UPC, 2000). Professora Associada 2 da Universidade Federal de Goiás

2 Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2017). Mestre em Projeto e Cidade pela Universidade Federal de Goiás

Introdução

A produção de habitação popular nos anos 1970 recebeu várias críticas no Brasil, como pontua Bonduki (1998), pelas construções realizadas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) (1964-1986). Os projetos, tanto unifamiliares como multifamiliares, são criticados por seguirem normas rígidas, construtivas e orçamentárias, e resultarem em residências padronizadas, sem possibilidades formais, além de serem implantadas em regiões periféricas e com ausência de infraestrutura, em função de uma demanda especulativa.

Nesse período, os conjuntos em Goiânia também estavam articulados à política do BNH e eram produzidos pela Companhia de Habitação (COHAB), pelo Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais Operárias do Estado de Goiás (INOCOOP) e pela Caixa Econômica de Goiás (CAIXEGO) (LUCAS, 2016). A COHAB dedicou-se à população de baixa renda, o INOCOOP foi responsável por orientar as cooperativas e a CAIXEGO promoveu habitação para funcionários públicos. Esta última possuía maior liberdade financeira por ser destinada a uma classe com poder aquisitivo um pouco maior. Em sua produção, foram identificadas as casas do Privê Atlântico.

O conjunto habitacional Privê Atlântico foi implantado no bairro Jardim Atlântico em 1978. O loteamento apresentava um traçado urbano diferenciado, aos moldes dos bairros-jardins de São Paulo, e localizava-se em uma região afastada do centro urbano. Algumas quadras foram destinadas para o conjunto, onde havia a possibilidade de comprar o lote vago ou adquirir as casas prontas, através do financiamento da CAIXEGO. Apesar da distância, do entorno desocupado e da falta de infraestrutura, o Privê foi uma oportunidade para muitas famílias de conquistar a casa própria, por um preço acessível e com financiamento facilitado. As casas, então construídas, configuram-se como unifamiliares, térreas e foram concebidas por tipologias diferentes, com possibilidades de ampliações.

Esse artigo apresenta documentação inédita sobre o projeto original das casas do Privê Atlântico, obtidas a partir de pesquisa de campo e do contato com os moradores. Através do carimbo das pranchas de aprovação, foi identificada a data e a autoria do projeto como sendo de Silas Varizo e Edeni Reis da Silva, fatos até então desconhecidos. Silas Varizo graduou-se em 1962 pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil (RJ) e destaca-se por ser um dos arquitetos pioneiros a trazer a arquitetura moderna para Goiás.³ Após os anos 1950, houve a difusão do movimento moderno pelo país e a capital de Goiás recebeu arquitetos formados nas escolas cariocas, mineiras e paulistas, os quais impactaram o cenário eclético goianiense com suas obras (VAZ, ZÁRATE, 2005).

Segundo Silva Neto (2010), Silas atuou em escritório particular, na área acadêmica e no serviço público, onde vinculou-se à CAIXEGO, justificando a sua relação com o desenvolvimento do projeto do Privê. O arquiteto construiu a residência Carlos Cunha, projetada em 1973 em parceria com Armando Norman (SILVA NETO, 2010), e inúmeras outras obras importantes para a cidade como o Autódromo Internacional de Goiânia, de 1974 (CAIXETA et. al., 2015) e a própria sede da CAIXEGO, de 1977 (CAIXETA; FROTA, 2013).

3 [1] O arquiteto Edeni Reis da Silva é goiano e teve sua maior atuação em cargo público, segundo Mendonça (2001). De acordo com o depoimento oral do arquiteto Fernando Rabello, Edeni trabalhou como desenhista de Silas Varizo, durante um período. Como Silas era arquiteto no departamento de projetos da CAIXEGO, provavelmente elas trabalharam juntas nesse órgão, o que explicaria o fato do projeto das casas do Privê Atlântico ser de autoria de ambos.

As casas do Privê Atlântico foram projetadas em 1978, seguindo preceitos modernos e a qualidade arquitetônica, presentes na obra do arquiteto, seja na arquitetura residencial ou institucional; diferenciando da produção de projetos vinculados à habitação popular no contexto regional e nacional. Portanto, este artigo tem como objetivo identificar as características e os elementos que o tornam um projeto singular, sendo eles relacionados a três princípios de criação importantes dentro da tradição da arquitetura moderna do século XX: a abstração formal, a racionalidade construtiva e a experimentação tipológica. Estes princípios estão presentes tanto na organização e composição dos espaços, quanto nos elementos de linguagem utilizados na composição volumétrica e das fachadas, relacionados aos materiais utilizados e aos detalhes construtivos. Portanto, como metodologia, propõe-se a análise do projeto através da avaliação das plantas, cortes, fachadas e perspectivas originais encontradas e da realização de redesenhos com base nas documentações.

Modernidade adentro

O traçado urbano do Jardim Atlântico, onde se localiza o conjunto habitacional Privê Atlântico, é um exemplo da influência dos bairros-jardins de São Paulo na cidade de Goiânia. O conceito desses bairros trás influência da urbanização de subúrbios norte-americanos dos anos 1930 que, segundo Andrade (2003), objetivava criar áreas residenciais de baixa densidade, distantes dos centros e conectadas à natureza, contrário a intensa vida nas cidades industriais da época. Desse modo, as ruas configuraram-se como *cul-de-sacs*, ou seja, sem saída, e eram criadas unidades de vizinhança com a inserção de comércios e serviços próximos às residências, para valorizar o deslocamento de pedestres e induzir o sentido de comunidade.

Nesse contexto, o Jardim Atlântico (figura 1) foi implantado nos anos 1970, fora da malha urbana de Goiânia, em uma região não urbanizada, cortada pelo córrego Cascavel e permeada por áreas verdes. Sua localização corresponde aos ideais propostos para um bairro jardim e implica o seu caráter bucólico. Na planta de urbanização do bairro há uma hierarquização das avenidas em primárias, secundárias e terciárias, sendo as ruas internas em formato de alça, as quais configuram-se como vias de circulação exclusivas. Nota-se também a demarcação dos lotes comerciais e de serviços, onde foram pensados escolas, igrejas, clubes, supermercados e parques para atender a demanda local. Os demais lotes são residenciais e se comunicam com as áreas verdes criadas nos fundos, resultantes da articulação das vias. Assim, algumas quadras foram destinadas ao conjunto habitacional Privê Atlântico, que possuía tanto lotes vagos quanto lotes destinados às Casas-tipo, portanto o projeto do bairro e do conjunto foram planejados simultaneamente.

Figura 1. Desenho do bairro Jardim Atlântico. Em destaque as quadras do Privê Atlântico.



Fonte: Biblioteca SEPLANH, pasta Jardim Atlântico: recorte de jornal, s. data.

Figura 2. Anúncio do lançamento do bairro Jardim Atlântico e inauguração das casas do conjunto Privê Atlântico, 1978.

Fonte: Jornal Diário da Manhã, 20 de abril de 1978, acervo da moradora Vilma da Costa.

O loteamento do Jardim Atlântico foi aprovado em 1968, conforme o Decreto nº 334, porém, apenas dez anos depois o bairro foi implantado e se iniciou a sua ocupação com a construção das casas do Privê Atlântico, como indica a notícia do jornal (figura 2), anunciando o lançamento da urbanização do Jardim Atlântico e das casas do conjunto habitacional Privê, em 21 de abril de 1978. A manchete apresenta a empresa URBS como imobiliária da época, a Engenharia Sabra como a construtora do empreendimento e a CAIXEGO como agente do financiamento. Nota-se também que o loteamento não se destinava a um público de classe baixa, pela descrição do bairro como: “mais moderno e nobre”, e das casas com: “arrojado padrão de acabamento”.

Posteriormente, em meados dos anos 1980, foi construído um muro cercando as quadras do conjunto habitacional e dessa maneira o Privê Atlântico passou a se configurar como um condomínio fechado, o primeiro na cidade de Goiânia. O muro foi construído devido ao receio dos moradores com o entorno desocupado e a distância do centro. Além disso, os equipamentos e a infraestrutura não foram realizados como o planejado. Essa configuração não modificou o desenho inicial das ruas, mas prejudicou a relação das casas com as áreas verdes e com o bairro como um todo, confundindo os preceitos da proposta original.

De todo modo, a proposta inicial do bairro influenciou no projeto das casas do conjunto Privê, refletindo na sua caracterização. Hernández (2014) afirma que o movimento moderno pretendia modificar os antigos hábitos e criar um novo modo de vida, eficiente e sem ostentação. Por isso, há um rompimento formal e a busca por uma materialidade mais pura. Um dos grandes desafios era transformar o espaço doméstico, onde encontra-se as tradições e os costumes familiares, portanto, o lugar mais resistente às mudanças. Com isso, a casa moderna tinha o propósito de se abrir para a vida urbana e permitir a entrada da modernidade.

Nesse sentido, todos os lotes do Privê Atlântico possuem área de 420 m², com isso ressalta-se que a dimensão do lote é considerável, diferenciando-se dos demais conjuntos habitacionais de Goiânia nesse período. A área das casas é mediana, variando entre 104 e 152 m², garantindo bons espaços e uma construção de baixo custo. Sua implantação respeita os recuos mínimos exigidos na legislação e possibilitam a entrada de iluminação e ventilação naturais. Para além disso, há um melhor aproveitamento do terreno, deixando grandes áreas livres para futuras ampliações.

Sendo assim, na fotografia do período de construção das residências (figura 3), nota-se que a linguagem das Casas-tipo se caracteriza pelo uso de cores claras, pela eliminação de ornamentos e apenas alguns materiais sobressaem como o concreto, nas vigas de amarração, o tijolo aparente, em alguns planos de vedação, e as telhas de barro, na cobertura. O uso associado desses materiais aparentes, já era referência na arquitetura moderna dos anos 1970 em Goiânia, em especial na arquitetura residencial e escolar.

Figura 3. Silas Varizo e Edeni Reis da Silva, Casas-tipo do Conjunto Habitacional Privê Atlântico, Goiânia, 1978. Vista parcial do conjunto de casas, s/d.



Fonte: Acervo da moradora Wilma da Costa.

Outro elemento que se evidencia na linguagem das casas é a grade baixa de madeira pintada de branco fazendo a divisa do jardim frontal com a calçada. Ela transmite privacidade, porém não impede a visão para o exterior, atuando apenas como uma delimitação da entrada. Nota-se também que os muros entre as residências que dividem os lotes são relativamente baixos, possibilitando a interação entre os vizinhos. A porta de entrada das casas encontra-se na lateral, mas as janelas fazem a comunicação com a rua e, em conjunto com um jardim no recuo frontal, convidam os olhares de fora para dentro e vice-versa. Percebe-se assim a intenção de integrar as áreas verdes do lote com as do bairro para proporcionar uma continuidade visual.

Assim, a modernidade vai adentrando nas residências e apresenta-se também em seus programas de necessidades. As casas do Privê Atlântico são compostas pelos seguintes ambientes: garagem, sala, copa/cozinha, área de serviço, três quartos, banheiro, quarto e banheiro de serviço. Além desses, no projeto os arquitetos propõem ampliações para a inserção da varanda, do escritório e das suítes. Entre esses ambientes, a cozinha, a sala e a varanda se destacam e representam signos da ruptura com a tradicionalidade.

Na cultura de morar tradicional das casas goianas do século XIX, o convívio familiar acontecia nas varandas ao fundo, as quais estavam ligadas às cozinhas e à figura do fogão à lenha (VAZ, ZÁRATE, 2005). A sala era o primeiro ambiente interno e estabelecia contato com a rua, desse modo possuía dimensões reduzidas e um carácter masculino. (MOURA, 2011) Nos anos 1930, nas primeiras casas goianienses concebidas por tipos, a cozinha é incorporada na casa principal e torna-se compacta, respondendo aos princípios de salubridade. Assim, conforme Moura (2011), a sala passa a exercer a função de recepção e surge ainda a sala de jantar para substituir as antigas varandas.

A partir da construção das primeiras casas modernas em Goiânia, no início dos anos 1950, a sala ganha destaque e amplia-se e a cozinha torna-se mais funcional e compacta. Essas mudanças, conforme Acayaba (1986), refletem a importância da sala ao relacionar-se com a vida urbana e o papel da cozinha como espaço estritamente funcional, provido de novos equipamentos que visam facilitar o trabalho doméstico. Nesse sentido, a varanda é reinterpretada arquitetonicamente e adquire a função de ampliar o setor social. Além de ser um espaço destinado à alimentação, passa a ser um local de lazer, contemplação e de descanso. Nos anos 1970, as salas integram-se e adquirem maiores dimensões dada as novas possibilidades construtivas (ACAYABA, 1986). A cozinha continua ligada ao setor de serviços e compacta e a varanda expande-se para o setor íntimo.

Cada momento é caracterizado por determinados preceitos relacionados ao morar que irão influenciar no projeto das casas do Privê Atlântico. Mesmo essas residências não sendo destinadas à elite, sua arquitetura apresenta elementos próprios da casa moderna da época e seu espaço doméstico é concebido no contexto da cultura moderna de habitar. Portanto, o conjunto habitacional foi concebido para permitir a entrada da modernidade, desde seus espaços urbanos até os espaços edificados. Nesse contexto, a casa assume o papel de conectar os âmbitos do privado e do público, do doméstico e do cidadão, possibilitando a interação e o convívio social, mola mestra da cidade moderna.

O tipo como princípio

A principal característica do projeto do conjunto de casas do Privê Atlântico é a sua concepção a partir de tipologias. A abordagem tipológica foi inserida na arquitetura por Quatremere de Quincy, no século XIX. Nela, o tipo é entendido como antecedente construtivo, elemento gerador e estrutura básica da forma.

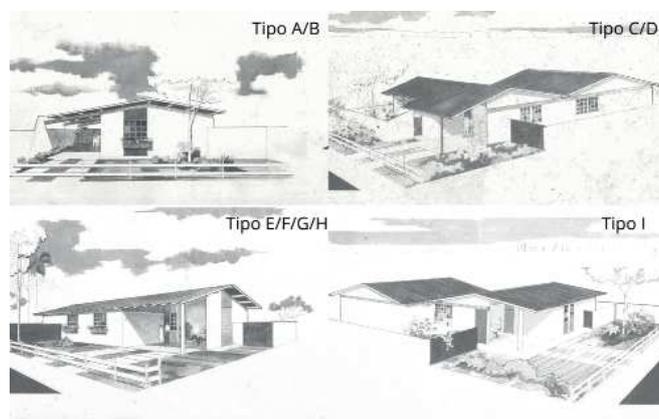
Conforme Meninato (2015), o conceito foi sendo modificado ao longo do tempo e a partir da década de 1920, no movimento moderno, ele passa a ser interpretado através de três perspectivas: alguns grupos de vanguarda negavam completamente o tipo, em busca do novo; outros entendiam o tipo como antecedente e encontraram referências nas fábricas e indústrias; e um terceiro posicionamento compreendia o tipo como protótipo experimental, baseado nas ideias de pré-fabricação e padronização. O conceito de tipo adotado nas casas do Privê, aproxima-se desse último posicionamento.

Para Montaner (2001), a tipologia tornou-se um método de abstração dos elementos essenciais para a vida de um indivíduo universal, na arquitetura moderna. Assim, o tipo aliado a produção em série e a standardização do sistema, contribui para proporcionar construções econômicas e racionais, principalmente no contexto das habitações sociais. Nesse sentido, o projeto das casas do conjunto Privê Atlântico busca, através das tipologias propostas, atender as necessidades básicas das famílias e garantir a facilidade executiva e o baixo custo pelas repetições das casas nos lotes.

Em alguns momentos, o tipo foi mal interpretado, pois começou a ser reproduzido meramente como uma cópia. No período do BNH, a maioria dos conjuntos habitacionais projetados sofreram com os efeitos da padronização e da especulação. Ao contrário deste cenário, as Casas-tipo do Privê destacam-se por apresentarem qualidade arquitetônica, proporcionarem uma paisagem heterogênea com tipologias variadas e atender à necessidade de crescimento do núcleo básico das casas, a partir das possibilidades de ampliação propostas.

Os arquitetos Silas Varizo e Edeni Reis pensaram em quatro tipologias para as casas do Privê – A/B; C/D; E/F/G/H e I– sendo o tipo E/F/G/H destinado aos lotes de esquina e os demais para os lotes entre medianeiras (figura 4). Os tipos pertencentes ao mesmo grupo possuem planta e volumetria idênticas e se diferem pelo fato de serem espelhados em relação à implantação. Segundo Leupen (1999), esse princípio de espelhamento é uma maneira de distorção do tipo em si, para se criar outra variação. Assim, o tipo assume o caráter de “princípio” na metodologia de projeto adotada no Privê Atlântico, sendo o ponto de partida para definir a organização espacial, a racionalização dos ambientes, os aspectos construtivos, a setorização (íntimo, social, serviço), os acessos e as circulações.

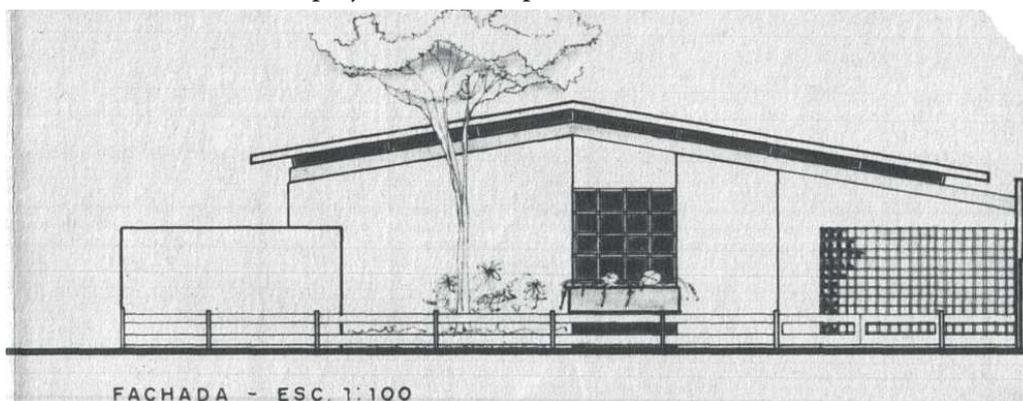
Figura 4. Silas Varizo e Edeni Reis, Casas-tipo, Privê Atlântico, 1978.



Fonte: folder da imobiliária URBS, acervo da moradora Wilma da Costa.

O tipo A/B (figura 5) possui uma área total de 104,08 m² e em sua volumetria, destaca-se uma cobertura inclinada de telha de barro, uma parede de tijolos aparentes e um muro de cobogó. A parede delimita e esconde a parte de serviços, e o pequeno muro de cobogós, do lado oposto, permite a passagem para os fundos e possibilita a visualização do quintal pelas frestas do material vazado. Ressalta-se também a janela frontal, com floreira de concreto aparente, que estabelece comunicação com o jardim à frente e com a rua.

Figura 5. Silas Varizo e Edeni Reis, anteprojeto da Casa-tipo A/B, Privê Atlântico, 1978.

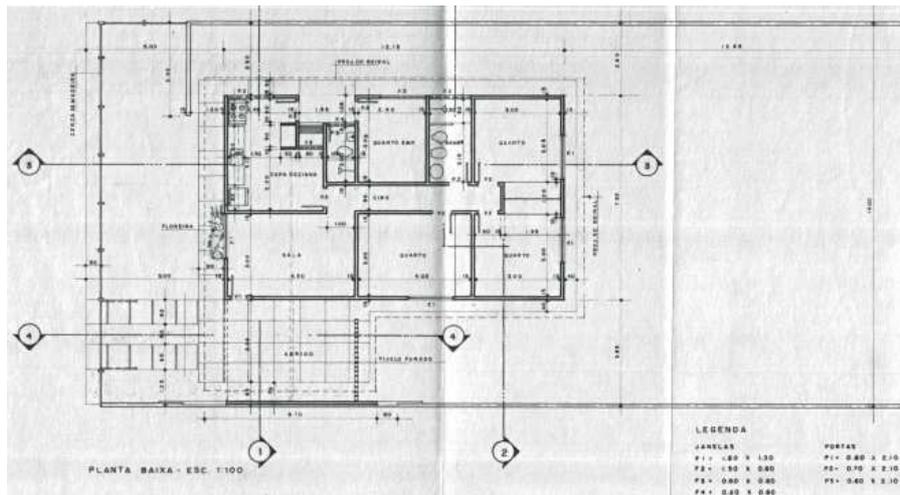


Fonte: prancha do Projeto de Aprovação, acervo da moradora Wilma da Costa.

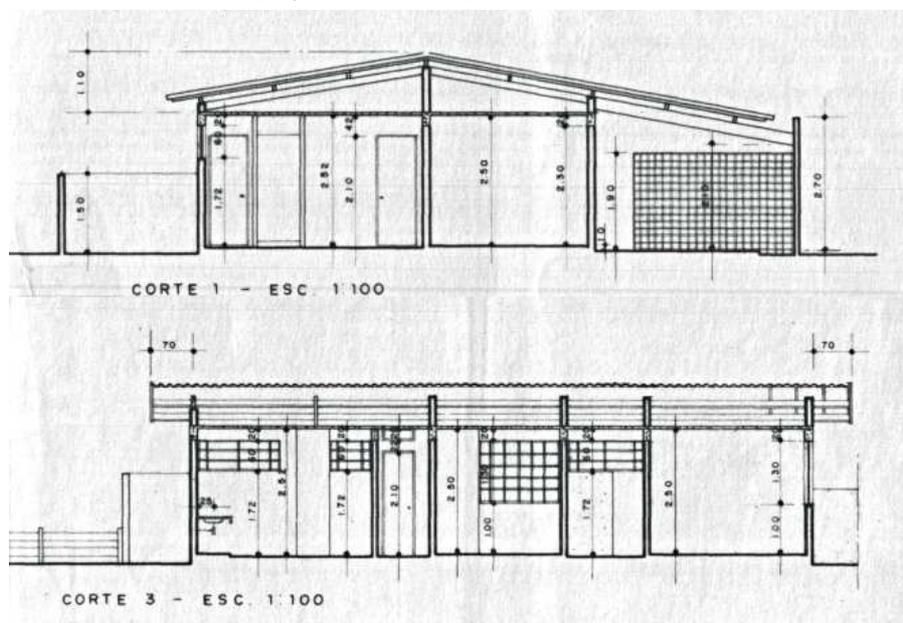
De acordo com Vaz e Zárte (2005), vários revestimentos como pastilhas, cerâmicas e cobogós começaram a ser acessíveis à classe média goianiense a partir de 1960. Assim, a associação do concreto aparente com novos materiais e materiais tradicionais, como o tijolo e a madeira, demonstra uma solução para economia da construção e ao mesmo tempo fazem alusão ao caráter das casas tradicionais. Essa caracterização é reforçada pelo arquétipo do telhado inclinado.

A sua planta é disposta horizontalmente no terreno e sua organização espacial segue um zoneamento funcional, com os ambientes distribuídos a partir de um eixo de circulação longitudinal centralizado (figura 6). Há uma concentração dos espaços molhados (copa/cozinha, banheiro de serviço e área de serviço) na lateral, onde também se localiza o banheiro social, o que contribui para a economia da construção. Sendo assim, a ventilação e iluminação naturais acontecem por meio de aberturas de dimensões consideráveis, sendo menores apenas na área de serviço. Desse modo, a racionalidade do projeto também é garantida por um programa básico, com ambientes de dimensões mínimas que se organizam em torno da sala, ambiente de maior área.

Em termos estruturais, a sua construção é simplificada (figura 7). As casas são térreas, possuem pé direito de 2,50 metros e sua estrutura é mista, composta por paredes de alvenaria e vigas de concreto, que sustentam a laje e uma cobertura convencional de telhas de barro. A viga é aparente e relevante na fachada, estendendo-se com a cobertura até um dos muros laterais. O beiral sobressai em setenta centímetros de largura e contempla todo o entorno da construção, reforçando a horizontalidade da forma.

Figura 6. Silas Varizo e Edeni Reis, anteprojeto da Casa-tipo A/B, Privê Atlântico, 1978.

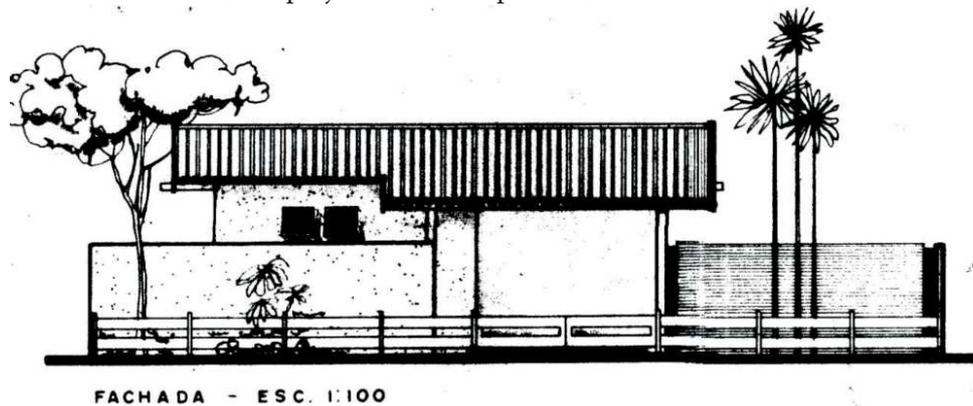
Fonte: prancha do Projeto de Aprovação, acervo da moradora Wilma da Costa.

Figura 7. Silas Varizo e Edeni Reis, anteprojeto da Casa-tipo A/B, Privê Atlântico, 1978.

Fonte: prancha do Projeto de Aprovação, acervo da moradora Wilma da Costa.

Todas as tipologias apresentam os mesmos princípios de racionalidade e linguagem arquitetônica, porém diferenciam-se em relação à disposição dos ambientes, ao programa e às áreas construídas. O tipo C/D (figura 8) possui 112 m² de área, porém essa residência caracteriza-se por ser mais fechada para a rua do que a do tipo A/B, pois o fechamento da área de serviço e da parte posterior do lote é realizado por superfícies cegas – sendo uma delas em tijolo aparente –, interrompendo a passagem e a visão para o jardim do fundo. Ademais, o muro que delimita a área de serviços oculta parcialmente a visão das janelas da cozinha para o exterior, sendo que não existem outras esquadrias voltadas para a rua, localizadas na fachada frontal. Portanto, a tipologia C/D apresenta um caráter mais introspectivo, sem perder a comunicação com a vida urbana.

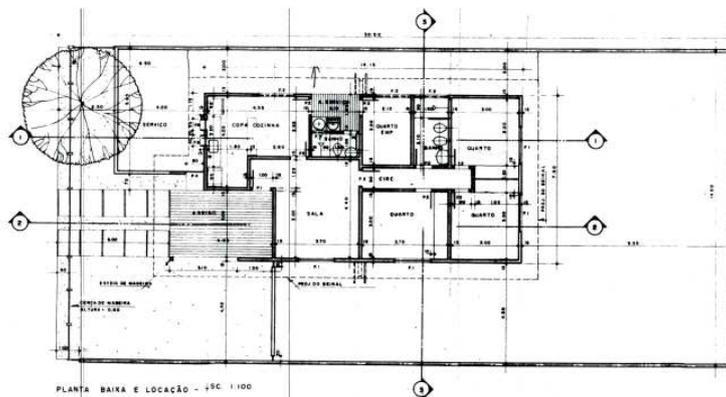
Figura 8. Silas Varizo e Edeni Reis, anteprojeto da Casa-tipo C/D, Privê Atlântico, 1978.



Fonte: prancha do Projeto de Aprovação, acervo da moradora Maria Otilia Branco.

O programa do tipo C/D é igual ao tipo anterior, apenas a sala configura-se com maiores dimensões (figura 9). Destaca-se nessa tipologia, a ampliação do setor de serviços, com a inclusão de uma região sem cobertura, localizada na parte anterior da casa. Ela avança sobre o recuo frontal, é delimitada por uma parede e possui acesso independente realizado por um pequeno portão na lateral, que conduz a lavanderia, ao banheiro e ao quarto de serviços.

Figura 9. Silas Varizo e Edeni Reis, anteprojeto da Casa-tipo C/D, Privê Atlântico, 1978.



Fonte: prancha do Projeto de Aprovação, acervo da moradora Maria Otilia Branco.

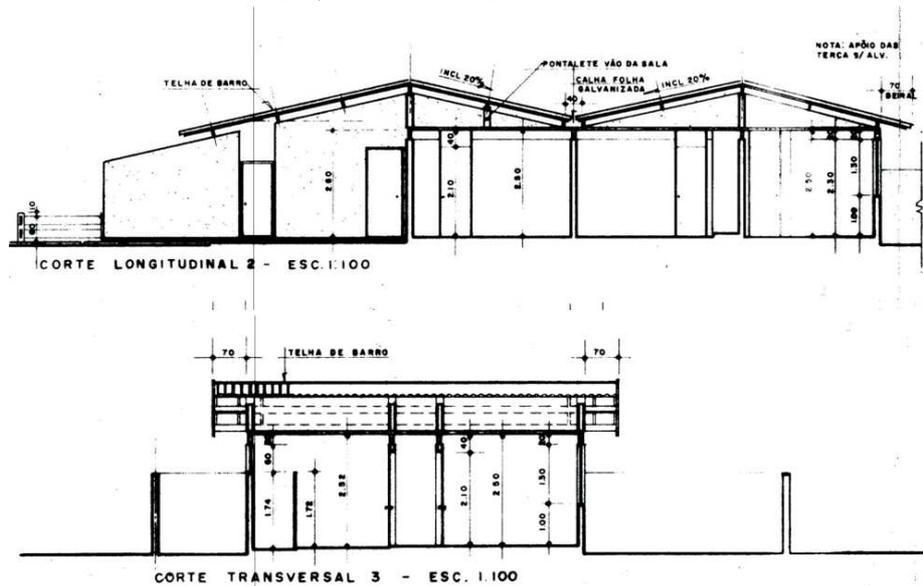
A cobertura dessa tipologia é composta por dois telhados de duas águas com uma calha centralizada na divisão entre a sala e os quartos (figura 10). Como não há pilares de concreto na estrutura, usa-se pontaletes para auxiliar na estruturação do vão da sala e as terças apoiam-se sobre a alvenaria. Por ser uma construção de baixo custo, percebe-se que os arquitetos buscaram ousar na cobertura. O telhado é um elemento importante na caracterização das tipologias e ele parece se soltar do bloco da casa, pela existência das terças e da viga aparente, proporcionando uma maior leveza na composição.

O tipo E/F/G/H⁴, projetado para os lotes de esquina, apresenta uma implantação que tira partido dessa condição (figura 11). Com uma área construída maior que as demais tipologias – 152 m² –, o tipo

4 [2] Apenas as pranchas de aprovação dos projetos originais dos tipos A/B e C/D foram encontradas. Portanto, para análise dos tipos E/F/G/H e I são apresentados redesenhos baseados nos panfletos da imobiliária URBS e na pesquisa de campo.

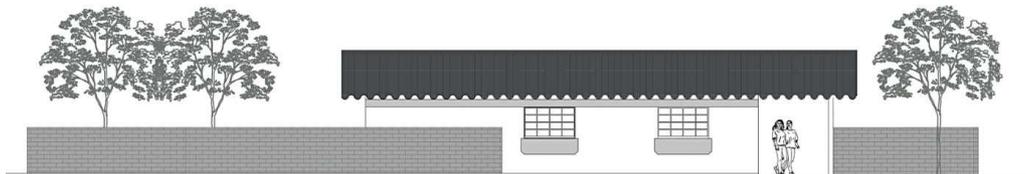
E/F/G/H possui uma forma mais alongada, que acompanha o sentido longitudinal no lote. Utiliza o mesmo tipo de cobertura da Casa-tipo A/B, em duas águas – nesse caso como caimento para a frente e os fundos –, marcando ainda mais a horizontalidade do volume. Na composição da fachada percebe-se a mesma solução de janelas com floreiras, existente no tipo A/B.

Figura 10. Silas Varizo e Edeni Reis, anteprojeto da Casa-tipo C/D, Privê Atlântico, 1978.



Fonte: prancha do Projeto de Aprovação, acervo da moradora Maria Otilia Branco.

Figura 11. Silas Varizo e Edeni Reis, Casa-tipo E/F/G/H, Privê Atlântico, 1978.

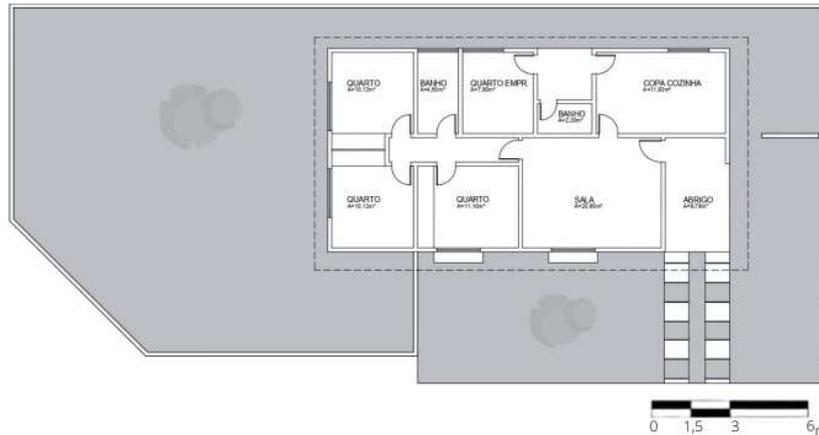


Desenho: Murilo Costa Ribeiro⁵.

Fonte: folder de divulgação da imobiliária URBS.

Em sua disposição no lote (figura 12), aproxima-se das medianeiras, a uma distância do recuo mínimo, deixando a esquina livre como área de lazer e convívio e aumentando o jardim frontal. Com isso, caracteriza-se por ser uma casa mais aberta para a rua e que possui seus espaços livres mais integrados ao espaço urbano. O seu programa é igual às demais tipologias, mas possui a sala e a copa/cozinha com maiores dimensões.

⁵ [3] A pesquisa de campo e as análises das casas foram realizadas com participação dos alunos de iniciação científica: Sarah Vitória de Abreu e Murilo Costa Ribeiro.

Figura 12. Silas Varizo e Edeni Reis, Casa-tipo E/F/G/H, Privê Atlântico, 1978.

Desenho: Carolina Milagre, 2020.

Fonte: folder da imobiliária URBS.

O tipo I (figura 13) apresenta, em sua fachada, um plano de cobogós delimitando a entrada para a área de serviço e a existência de aberturas de tamanho reduzido. Desta forma, a casa pronuncia-se como mais fechada para a rua. A cobertura segue o mesmo esquema da Casa-tipo C/D, composto por uma sequência de dois telhados de duas águas e uma calha centralizada na divisão entre a sala e os quartos.

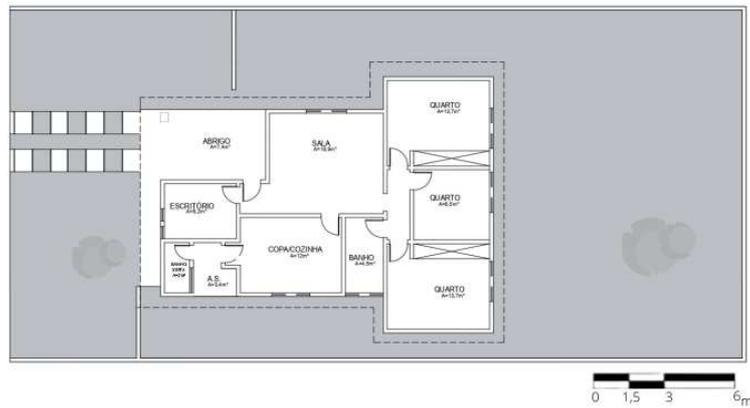
Figura 13. Silas Varizo e Edeni Reis, Casa-tipo I, Privê Atlântico, 1978.

Desenho: Sarah de Abreu, 2020.

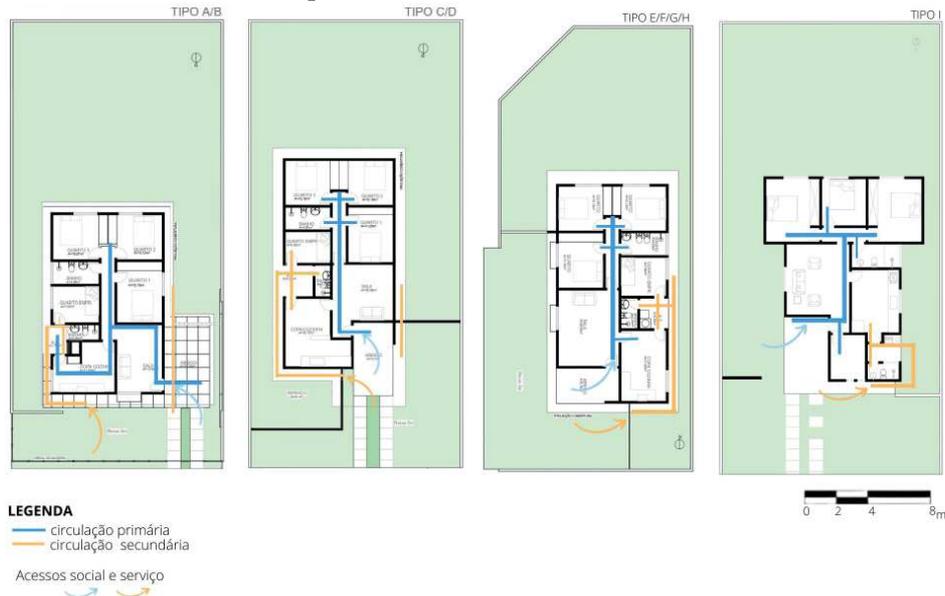
Fonte: folder da imobiliária URBS.

Sua planta configura-se em T, que se compõe pela articulação de dois volumes, um no sentido longitudinal do lote e no sentido transversal (figura 14). O programa do tipo I difere-se dos demais por acrescentar um escritório em substituição ao quarto de serviços, buscando eliminar os princípios de morar tradicionais. Assim, o escritório é localizado na parte frontal, tendo acesso pelo interior da casa. Porém, como é destinado a receber visitantes desconhecidos do âmbito familiar, a sua entrada é restrita à intimidade do espaço doméstico.

Em todos os tipos, a organização dos espaços segue a lógica da setorização (figura 15), tendo o setor social à frente da casa, reforçando seu caráter convidativo e atuando como núcleo do espaço doméstico. O setor de serviços em geral encontra-se lateralizado, com exceção das Casa-tipo E/F/G/H que se localizam na parte posterior. Em todas as casas, o setor de serviço está oculto aos olhos dos visitantes e dos moradores. Na maioria das casas, o setor íntimo foi implantado nos fundos, exceto na Casa-tipo E/F/G/H, que se encontra na lateral, mas sempre em uma posição de maior privacidade, dentro do esquema de circulação interna e externa das residências. No tipo I, devido a sua composição volumétrica, o setor íntimo corresponde ao retângulo ao fundo e o bloco frontal é dividido ao meio, para abrigar o setor social e de serviços de cada lado.

Figura 14. Silas Varizo e Edeni Reis, Casa-tipo I, Privê Atlântico, 1978.**Desenho:** Carolina Milagre, 2020.**Fonte:** folder da imobiliária URBS.**Figura 15.** Análise da setorização das Casas-tipo do Privê Atlântico.**Desenho:** Carolina Milagre, 2020.**Fonte:** Milagre (2021).

Os acessos nas casas-tipo são divididos em social e de serviços (figura 16). A entrada principal é feita pela garagem, que se configura como espaço coberto e conduz à porta da sala de estar. O segundo acesso é realizado por um pequeno portão ou abertura existente após o muro e chega na área de serviços. Nota-se que o quarto e o banheiro de serviços não possuem acesso direto pelo interior da residência, dessa maneira, os acessos são independentes. Assim, a circulação interna ocorre de forma primária e secundária. A primária destina-se aos ambientes principais da casa e a secundária corresponde aos caminhos feitos em segundo plano, nesse caso, no setor de serviços e nas áreas externas. Nos tipos C/D e E/F/G/H a circulação ocorre através do eixo longitudinal, de maneira mais racionalizada, contida em linhas retas. Já nas casas A/B e I, as circulações são ramificadas, sendo que a primária e a secundária se entrelaçam, possuindo pontos de conexão. A garagem destaca-se nas tipologias por possuir um papel ambíguo, ao funcionar ao mesmo tempo como abrigo de veículos e como espaço de acesso ao interior da residência pela sala de estar, sendo o portal de entrada principal das casas.

Figura 16. Análise dos acessos das Casas-tipo do Privê Atlântico.

Desenho: Carolina Milagre, 2020.

Fonte: Milagre (2021).

Figura 17. Folder de divulgação das casas, Casa-tipo A/B, Privê Atlântico, 1978.

Fonte: Imobiliária URBS, acervo da moradora Wilma da Costa.

No recuo lateral, local da antiga garagem, são adicionadas uma sala e duas varandas vinculadas à área social da casa. A primeira, voltada para a rua e a segunda, voltada para o jardim localizado na parte posterior do lote. A garagem é realocada para o lado oposto, desta vez vinculada à área de serviço. Nos fundos, anexa-se uma suíte com *closet* e no jardim planeja-se uma piscina. O espaço avarandado à frente atua como um filtro de acesso que conduz à porta de entrada da casa. A criação de uma nova sala possibilita a existência de uma sala de jantar ou de televisão, ou apenas mais um ambiente para recepção. Com isso a varanda do fundo funciona como uma ampliação do espaço de convívio, conectando-se com o jardim e a piscina. A garagem aqui, portanto, atua apenas como abrigo para o veículo e acesso ao setor de serviços.

No tipo C/D (figura 18) também foi proposta uma suíte na parte posterior da casa e uma piscina. Porém, pela sua forma de implantação no lote, foi possível duplicar a garagem e a sala e criar mais um ambiente ligado à área de estar, uma varanda também ligada ao jardim externo. Assim, acrescenta-se mais uma vaga de veículo, a sala amplia-se permitindo a existência de dois ambientes de estar e o espaço avarandado permanece com extensão do setor social, com função de contemplação.

Figura 18. Folder de divulgação das casas, Casa-tipo C/D, Privê Atlântico, 1978.



Fonte: Imobiliária URBS, acervo da moradora Wilma da Costa.

No tipo E/F/G/H (figura 19), a cobertura prolonga-se até o muro lateral. Dessa maneira, aproveita-se a área coberta para ampliar a sala para o espaço que antes era a garagem e a garagem passa a ocupar o recuo. Nessa proposta não há a presença de varandas que ampliam a área de estar, o que reforça o duplo papel ambíguo da garagem. Na área livre localizada próxima à esquina, acrescenta-se uma suíte e uma piscina.

Nas alterações do tipo I (figura 20), mantém-se os três quartos e apenas acrescenta-se um banheiro privativo em um deles, configurando-o como uma suíte. Propõe-se também a ampliação da sala, da garagem e do escritório para a lateral do lote. Por suas dimensões, esse último pode funcionar como espaço alternativo para além de um espaço de trabalho, podendo abrigar também as funções de sala de televisão ou de quarto de hóspedes. Dessa forma, cria-se uma espécie de hall de entrada na sala, que substitui a função do espaço avarandado presente nas demais tipologias, mantendo a garagem como espaço de acesso à casa.

As propostas contribuem para enfatizar a flexibilidade do projeto em relação às mudanças de hábitos e a sala e a varanda como o centro de convívio da casa moderna, principal alvo das ampliações. Com isso, as Casas-tipo do Privê Atlântico foram modificadas ao longo dos mais de quarenta anos da existência do conjunto, mas algumas seguiram as propostas de ampliação dos arquitetos.

barro e o cobogó, com o concreto armado, utilizados à vista, de modo a compor os ambientes externos e configurar a linguagem arquitetônica das casas.

Considerações finais

O projeto das casas do conjunto Privê Atlântico é notório e representa uma experiência moderna de programa habitacional mínimo. Os arquitetos conseguiram denominar um tipo abstrato, com um núcleo básico, que resultou em uma construção racional de baixo custo e que poderia ainda sofrer transformações futuras para atender às novas necessidades da sociedade.

A proposta original para o bairro Jardim Atlântico também contribuiu para o objetivo das casas modernas. O desenho de suas ruas, a conexão com as áreas verdes, e a implementação de unidades de vizinhança refletiram na concepção das casas do Privê abertas para a vida urbana. Apesar da urbanização do bairro não ter sido executada conforme o projeto, resultando na construção do muro nos anos 1980, o próprio muro fez com que permanecesse até os dias de hoje, casas sem barreiras frontais e integradas com a rua. Assim, as Casas-tipo do Privê demonstram excelência e relevância no contexto de sua época e no cenário goianiense.

Referências

- ACAYABA, M. **Residências em São Paulo: 1947-1975**. São Paulo: Romano Guerra, 1986.
- ANDRADE, C. R. M. de. **Jardim América: a arquitetura do primeiro bairro-jardim de São Paulo**. Resenhas Online, São Paulo, ano 01, n. 006.01, Vitruvius, jun. 2002. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/01.006/3240>. Acesso em: jun.2019.
- BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, FAPESP, 1998.
- CAIXETA, E.; FROTA, J. Brutalismo: fronteiras goianas. **X seminário Docomomo Brasil arquitetura moderna e internacional: conexões brutalistas 1955-75**. Curitiba: PUCPR, 15-18 de out, 2013.
- CAIXETA, E. at. al. **Novas paisagens urbanas em Goiânia: arquitetura moderna institucional**. In: Interloções. Arquitetura Moderna no Brasil: o caso de Goiânia e outras modernidades. Goiânia: Editora da UDF, 2015, p. 93-146.
- GOIÂNIA. **Decreto nº 334**. Aprovação de loteamento. Diário Oficial do Município, n. 145, p. 5. Goiânia, SEPLANH, 1968.
- HERNÁNDEZ, M. **La Casa en la Arquitectura Moderna: respuestas a la cuestión de la vivienda**. Barcelona: Reverté, 2014.
- LEUPEN, B. et al. **Proyecto y análisis**. Evolución de los principios en arquitectura. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.
- LUCAS, E. Cidades na cidade: habitação social e produção do espaço urbano em Goiânia. 2016. 172 f. **Dissertação** (Mestrado em Projeto e Cidade) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016.
- MENDONÇA, G. Centro Cultural Martim Cererê. 2001; **Trabalho de Conclusão de Curso** em Arquitetura e Urbanismo. Goiânia, Universidade Católica de Goiás, 2001.
- MENINATO, P. Sobre el tipo como procedimiento proyectual. 2015. 180 f. **Tese** (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MILAGRE, C. V. C. Habitar o espaço doméstico: intervenções nas casas-tipo do conjunto habitacional Privê Atlântico. 2021. 316. **Dissertação** - Mestrado em Projeto e Cidade – Universidade Federal de Goiás (UFG), Faculdade de Artes Visuais, Goiânia, 2021.

MONTANER, J. **Depois do movimento moderno**. Arquitetura da segunda metade do século XX. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

MOURA, A. A. Arquitetura residencial em Goiânia (1935-40): a modernidade revelada. 2011. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília, 2011.

SILVA NETO, E. A. da. Goiânia Casa Moderna: 1950, 1960, 1970. 2010. 185 f. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

VAZ, M. D.; ZÁRATE, H. Sobre a Arquitetura Moderna em Goiânia. In: **6º Seminário Docomomo Brasil**, 2005, Niterói. Anais do 6 Seminário Docomomo Brasil. Niterói: ArqUrb/UFF, 2005.

Submetido em: 17.12.2021

Aceito em: 30.12.2021